

Dossiê Temático

Processos de patrimonialização e suas articulações no contexto latino-americano

Monica Rotman (org.)¹
Universidad de Buenos Aires

Sérgio Ivan Gil Braga (org.)²
Universidade Federal do Amazonas

Alicia Norma González de Castells (org.)³
Universidade Federal de Santa Catarina

ROTMAN, Monica; BRAGA, Sérgio Ivan Gil; DE CASTELLS, Alicia Norma González. **Processos de Patrimonialização e suas articulações no contexto latino-americano: apresentação ao dossiê.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 10 (23): 11-20, maio a agosto de 2023. ISSN: 2358-5587

¹ Profesora Titular Consulta de la Universidad de Buenos Aires (UBA). Investigadora Principal Ad Honorem del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Integrante de la Comisión de Pos-Doctorado de la Facultad de Filosofía y Letras (UBA).

² Professor Titular de Antropologia. Universidade Federal do Amazonas. Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS), Departamento de Antropologia. Doutor em Antropologia Social (USP). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFAM) e colaborador do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM). Pesquisador do INCT/CNPq Brasil Plural e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

³ Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFSC). Coordenadora do Núcleo NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural. Pesquisadora do Instituto Brasil Plural.

Apresentação ao dossiê

É com satisfação que apresentamos aos leitores da Revista *Aceno*, o dossiê *Processos de patrimonialização e suas articulações no contexto latino-americano*, organizado por professores pesquisadores do Brasil e da Argentina. Há tempos que as questões relacionadas ao patrimônio cultural têm despertado o interesse dos investigadores e protagonistas da cultura. É cada vez mais necessário fomentar o intercâmbio entre os estudiosos, dar a conhecer e comparar diferentes realidades dos processos de patrimonialização da cultura. O nosso esforço foi o de reunir ações circunscritas ao Brasil e alguns países latino-americanos, com vistas a refletir e apreender com as experiências que reunimos nessa coletânea.

O patrimônio e sua análise apresentam diferenças nacionais, assim como diferem suas realidades contextuais, intervindo em sua produção de conhecimento. Não obstante, os países latino-americanos têm sido afetados por processos político-econômicos globais semelhantes. Nessa mesma perspectiva, o campo do patrimônio é sumamente permeável ao “conhecimento especializado”, baseado em concepções, práticas, regulamentações e recomendações de organismos internacionais (sobretudo a UNESCO). Por outro lado, as perspectivas atuais implicam uma “abertura” da categoria patrimônio para novas abordagens, interpretações e vínculos (relações), tanto conceituais quanto empíricas, em uma constante articulação entre teoria e campo. Entendemos que os processos de patrimonialização podem representar alguns eixos transversais, que configuram e estruturam a dinâmica patrimonial: material-simbólico, relações e usos ambíguos e superpostos manifestando diferentes heranças culturais, conformação e reprodução de identidades, história e memória.

Eixos com faculdade de acontecer e potencialidade para se manifestar em processos forjados em diferentes áreas: Cidade/Urbe; ruralidade; turismo; Instituições patrimoniais; museus; expressões artísticas; e outras. Este Dossiê contempla os contextos histórico-político-econômicos e sua dimensão ideológica como constitutivos dos processos patrimoniais. Interessa colocar em discussão: quem decide quais elementos tem algum valor que mereça sua patrimonialização, as peculiaridades das relações de hegemonia-subalternidade que se manifestam em tais processos, o posicionamento e as intervenções de órgãos internacionais, estatais, governamentais e não governamentais (ONGs). Reconhecemos e aspiramos a uma reflexão crítica sobre as ações e políticas relacionadas ao campo do patrimônio que inclua as apropriações sociais dos sujeitos envolvidos. Levando

em conta o que foi dito acima, temos neste Dossiê contribuições e propostas de colegas de diversos países e instituições, valorizando o intercâmbio e o diálogo, e enriquecendo a problemática abordada.

Os artigos foram organizados obedecendo uma sequência de leitura, reunidos em cinco eixos temáticos: 1) Formas de relacionamento das populações com os patrimônios; 2) Políticas, ações de conservação e salvaguardas patrimoniais; 3) Patrimônios marginalizados, vozes periféricas, memória e territorialidade; 4) Múltiplas dimensões de patrimônio em coleções etnográficas, museus, autogestão e experiências inovadoras; 5) Processos patrimoniais envolvendo o político, o simbólico e o identitário.

No eixo, *Formas de relacionamento das populações com os patrimônios*, trata-se da valorização e/ou da indiferença dos coletivos sociais frente as expressões de patrimônio, que tem persistido como tema de discussão a respeito de sua causalidade. Vinculado com processos de conformação, de participação e interesses de classe em sua legitimação, relacionados com seus usos sociais. Uma perspectiva comparativa, com enfoques processuais e contextualizados para contribuir e enriquecer as análises, assim como complexificar a problemática. Onde os sujeitos situados permitam visualizar hipóteses e possíveis respostas sobre o patrimônio. Mauricio Rojas Alcayaga e Maritza Farlora, em seu artigo "A dimensão social do patrimônio: identidade, memórias e bairro na Playa Ancha, Valparaíso", apresentam no texto os diferentes processos que impactaram a localidade de Valparaíso e uma porção desta correspondente a Playa Ancha. Os autores explicam sobre as diferentes concepções, valorações e interesses nos processos de patrimonialização, que afetaram os habitantes de cada um dos territórios mencionados. A valorização dos habitantes desta última, por exemplo, está fundamentada em uma identificação comunitária com o bairro e uma memória coletiva compartilhada. Em "Centros Históricos: negociação e tensão entre os agentes do campo patrimonial na cidade contemporânea", Alicia N. G. de Castells focaliza a relação criada entre as práticas do cotidiano de um coletivo negro (a partir da criação de uma Feira Afro-Artesanal) e o território socioespacial que estas ocupam e o reivindicam como "quilombo urbano". O espaço do centro histórico analisado localiza-se entre dois sistemas patrimoniais diferentes: o histórico fundacional no qual os negros são invisibilizados e o contemporâneo que remete às gentrificações urbanas e exclui aos primeiros. Da abordagem patrimonial proposta se destacam as negociações desse coletivo pela patrimonialização da feira (processo em andamento). Diego Pontes, em "Nos ritmos e caminhos das Lapas (Rio de Janeiro-RJ)", apresenta neste artigo, um estudo etnográfico sobre o bairro da Lapa no Rio de Janeiro, considerando os diferentes frequentadores e usos culturais "praticados" pelas pessoas que transitam durante o dia e a noite nesse bairro tradicional, fazendo referência constante aos múltiplos usos e significados ambivalentes da área em questão e uma descrição minuciosa que se apoia em tais destaques. Diego nos apresenta "duas lapas", uma voltada para a valorização da noite e dos bares, restaurantes, casas de shows noturnos, da vida boêmia e turística, e uma outra lapa dos antigos moradores e "outsiders" da cena urbana: "duas lapas" que alternam entre o patrimônio como consumo e o patrimônio como referência. Nas palavras do autor, trata-se de "refletir acerca das interações, ambivalências, paradoxos e contrastes presentes na vida urbana da cidade metropolitana contemporânea", que "envolvem distinções entre o novo e o velho, holofotes turísticos e ruínas, degradação e valorização".

No eixo *Políticas, ações de conservação e salvaguardas patrimoniais*, se tem discutido recentemente quais são as ações mais efetivas para salvaguardar os referentes patrimoniais. Se alude a diferentes coletivos, entre os quais os povos originários, populações tradicionais, as culturas populares e a distintos tipos de patrimônio. Se necessita criar uma política com diretrizes gerais ou políticas que atendam as especificidades das populações e elementos patrimoniais? Ou de elaborar as primeiras, incluindo a continuação das segundas? Trata-se de um tema sumamente complexo, o qual também se considera, sobre quem seriam os sujeitos sociais intervenientes. Por outra parte, se incorporam perspectivas que compreendem a salvaguarda patrimonial, como a conservação da geodiversidade, assim como a intervenção da academia científica; proposta que se aplica aos processos de manejo ambiental, considerando as representações de relações interestéticas. Se trata de alternativas relativas à conservação da pluralidade de expressões de vida, saberes, a serem considerados pelo Estado na implementação de políticas públicas. O artigo de Patrícia Martins e Ana Carolina Santana Barbosa "Ecologia de Saberes no Fandango Caiçara: desafios para a política de salvaguarda do patrimônio imaterial e conservação ambiental" se inscreve nesta proposta, articulando pluralidade cultural com manejo ambiental e incorporando a academia científica como sujeito ativo desses processos. A partir de um estudo de caso, a patrimonialização e salvaguarda do fandango caiçara, as autoras analisam a articulação dos saberes e processos de autoidentificação em relação a gestão de políticas, ações estatais e acadêmico-científicas.

Cabe observar que assim como os processos culturais/patrimoniais são dinâmicos, "as políticas" podem manifestar outro ritmo, questões de interesse sobre a salvaguarda patrimonial. Na América, uma proporção importante de países conta com instituições responsáveis pelo tratamento do patrimônio (em suas diferentes dimensões); não obstante, tal porcentagem decresce quando se focaliza aqueles organismos que mantêm pouco interesse em apreciar a dinâmica do patrimônio em seus procedimentos. O texto "Misturar para (re)existir?": refletindo sobre as relações da patrimonialização e ações de salvaguarda da Cachoeira de Iauaretê", de Mauro Augusto Dourado de Menezes, introduz preocupações que esboçamos. Possui uma particularidade interessante, o autor atua como investigador e técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN (desde 2019), um olhar situado sobre o tema. Se propõe refletir sobre as experiências desenvolvidas durante a execução de Oficinas de Salvaguarda sobre a Cachoeira de Iauaretê (julho de 2022), "lugar sagrado" onde habitam povos indígenas do Alto Rio Negro, Estado do Amazonas, Brasil. As oficinas implicaram em atividades de mobilização e articulação para fomentar ações de promoção e sustentabilidade do patrimônio com a participação dos próprios indígenas. O texto faz referência as instituições patrimoniais do país, destacando a dimensão histórica, política e descrevendo instrumentos institucionais do IPHAN, ao mesmo tempo que contempla a "palavra" das populações indígenas. A partir de sua "situação", retoma a discussão sobre, o que e como patrimonializar elementos de uma população originária, avançando em suas preocupações sobre as políticas de salvaguarda e interrogando-se sobre, de que modo a patrimonialização ajuda no fortalecimento e sustentabilidade do bem e de seus detentores; como repercute a mesma em sua "cultura", e de que maneira as políticas patrimoniais animam uma tática de "misturar para (re)existir", ou se trata somente de um processo dinâmico e social. Destaca a necessidade da política de salvaguarda, como continuidade de produção de conhecimento e reconhecimento sobre as distintas narrativas e vín-

culos das etnias indígenas, contemplando sua diversidade (com um balanço permanente sobre sua implementação e continuidade nos trabalhos de documentação), e sendo estruturada com a participação das comunidades e continuidade do Registro (ferramenta do IPHAN). Nesse viés, o artigo de Sérgio Ivan Gil Braga “Algumas contribuições para as políticas públicas de patrimônio imaterial, referentes ao campo das culturas populares no Estado do Amazonas (Brasil)”, examina o patrimônio imaterial referente às culturas populares do Estado do Amazonas, em articulação com as atuais políticas públicas neste campo. Problematisa a equiparação do folclore à cultura popular, apontando as especificidades, dinâmicas e processos sociais inerentes a cada um desses conceitos. Marca as dificuldades em definir ações relacionadas ao inventário e acautelamento desses bens “imateriais”. Descreve brevemente o campo do patrimônio cultural e enfoca o patrimônio imaterial, sua fundamentação nas diretrizes da UNESCO e a criação no Brasil (ano 2000) do inventário e registro do patrimônio imaterial brasileiro. Destacando os problemas da sua salvaguarda, gestão e as dimensões legislativa e institucional. Em relação às políticas públicas, ele identifica um problema “crônico” que consiste na falta de continuidade dos planos de ação. Por fim, destaca a importância das festas para as populações que as fazem, fazendo parte da sua vida e do seu cotidiano e acrescenta a sua relevância para a promoção da cultura popular e do patrimônio imaterial.

No terceiro eixo, *Patrimônios marginalizados, vozes periféricas, memória e territorialidade*, considera-se que os processos de patrimonialização, se bem diferem em suas modalidades e temporalidades, se levam a cabo partindo do pressuposto de sua valoração pelo Estado e majoritariamente da sociedade civil. Se trata de patrimônios em que os discursos e mecanismos hegemônicos definem e regulam como dignos de ser valorizados. Não obstante, diferem quando se trata de criações, manifestações e expressões culturais, as quais, seja por suas condições de origem, espaço territorial que ocupam, referindo-se a sujeitos coletivos negros, indígenas, ou populações distantes de ótimas condições de vida, tem sido silenciada e não reconhecida. O apelo a memória opera nesses casos contribuindo para a autoidentificação dos coletivos e de seus processos de resistência. Evidenciam a dimensão política do patrimônio. Destacam histórias e processos de patrimonialização diferentes e específicos; é interessante que nessas situações se criam e recriam, aplicam conceitos para descrever sua condição, posição, e situar tanto seu pertencimento como sua produção; os referentes patrimoniais se conformam ainda no transcurso do processo, como instrumentos para conquistar outros objetivos. No artigo “Arte indígena na cidade: reflexões sobre patrimônio e territorialidade”, dos autores Nauíra Zanardo Zanin, Ivone Maria Medes Silva, Alana Zanardo Mazur, Fabricio José Nazzari Vicroski, se coloca em relação a arte encontrada em escavações arqueológicas, com a arte indígena contemporânea que se vende nas cidades. Se argumenta que estas últimas expressam a existência continuada dos povos indígenas em tal território. E que muitas de suas criações constituem patrimônio, mas não são reconhecidas, sendo invisibilizadas como tais por discursos hegemônicos. Se adota o conceito de “ativismo”, entendido como ferramenta de luta para o reconhecimento de seus direitos e defesa de seus modos de vida; objetivo último reconhecido pelos autores. Michel Albuquerque Maciel e Edilza Laray de Jesus em seu texto “*A Memória Periférica e o processo de patrimonialização do Carimbó*” buscam compreender como opera a memória a respeito dessa manifestação cultural, atendendo a autoidentificação das coletividades, processos de resistência e perpetuação de práticas, vivências e saberes sobre o Carimbó e sua importância para o processo de patrimonialização do

mesmo, por parte do Estado Nacional. Os grupos que realizam tal manifestação possuem particularidades culturais e nesse ponto, é que se chama à atenção para a sua invisibilização, reconhecendo mecanismos de poder, identificando as condições de origem (população negra e/ou indígena), o espaço territorial (externo, distante das localidades ou cidades centrais e/ou relevantes), com destaque para a classe social. Não obstante, para as populações o Carimbó forma parte de sua identidade e tem se tornado símbolo do povo paraense. Os autores analisam o processo, desde a discussão de suas origens, sua repressão por autoridades, migração a contextos mais urbanos, atravessando diversas e consecutivas etapas (p.e. seu descobrimento pela “Academia” e por artistas). De uma manifestação reprimida, passou a popularização que conduziu o seu reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil em 2008 e a sua inscrição no Livro de Registro das formas de expressão do (IPHAN), em setembro de 2014. No texto de José Maria da Silva “Negritude, reconhecimento e patrimonialização do marabaixo no Amapá” é analisado o processo de patrimonialização de tal manifestação cultural praticada por populações negras em áreas urbanas e rurais. Nesse caso, também é enfatizada a memória do passado, especificamente aludindo a episódios de discriminação e desvalorização, a fim de alcançar reivindicação e aceitação do marabaixo - com a intenção, inclusive, de atribuir legitimidade à prática no âmbito do Estado -, bem como refutar e desafiar preconceitos negativos sobre a população negra. O autor afirma que a patrimonialização dessa expressão cultural resulta de um processo histórico de atuação da “comunidade marabaixeira”, aliada ao movimento negro e outros segmentos locais. No desenvolvimento de sua argumentação, expõe a ideia de “contexto de negritude”, entendido como um “campo de ação política, ideológica e cultural”, baseado em aspectos relacionados à consciência e identidade racial. Por fim, a manifestação foi reconhecida como patrimônio imaterial pelo IPHAN em 2018. Alguns argumentos e conceitos problematizados pelo autor contribuem para uma reflexão crítica, bem como sua discussão com “especialistas” em patrimônio legitimados pela instituição, sobre aspectos conceituais do processo.

No eixo, múltiplas dimensões de patrimônio em coleções etnográficas, museus, autogestão e experiências inovadoras, as discussões sobre o problema patrimônio-museu são inúmeras; os temas analisados foram ampliados e aprofundados, os debates estão se multiplicando e dando lugar a diálogos produtivos, assim como a controvérsias e polêmicas. O patrimônio cultural e a museologia sob uma perspectiva epistemológica, concebidos como construções sociais, campos permanentes de lutas, negociações e transversalidades espaço-temporais, exigem de seus diversos agentes uma leitura atenta de suas categorias, uma identificação constante de seus desdobramentos que permitam outras abordagens e novos subsídios que sustentem os problemas contemporâneos. O artigo intitulado “As categorias patrimonialização e musealização na valorização do patrimônio cultural Iny: ritxokos, bonecas karajá” de Manuelina Maria Duarte Cândido se propôs a contemplar parte desse desafio epistemológico. No texto, defende-se que o conceito de museu “não é algo dado, mas um código compartilhado, [...]”. E discute-se a incoerência do estabelecimento de “fronteiras entre museus e patrimonialização”. Desenvolve, ainda, o exame minucioso do processo de “reconhecimento como patrimônio cultural imaterial brasileiro, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dos “ritxokos”, “em duas modalidades”, enquanto “saberes e práticas associados com os modos de fazer bonecas Karajá” e como “expressão artística e cosmológica do povo Karajá”. A ideia da autora é de-

monstrar como as “categorias patrimônio e museu estão imbricadas na valorização do patrimônio cultural Iny Karajá”. Nesse viés, o artigo de Ana Inés Canzani intitulado “De-construindo as categorias clássicas de uma coleção etnográfica: Uma experiência colaborativa com as peças do Grande Chaco do Museu de La Plata” aponta como as categorias clássicas podem ser desconstruídas a partir do trabalho com comunidades indígenas. A autora destaca o atrelamento dos museus a formação dos Estados-nação, impregnados os primeiros de uma visão “estigmatizante e racializada”, conivente com práticas científicas associadas a práticas coloniais. E a partir da “antropologia dos museus” propõe concebê-los como espaços de interação e interculturalidade, ressignificados por meio de experiências dialógicas, como um lugar político para as comunidades indígenas, a partir do qual podem ganhar visibilidade, estabelecer diálogo com diversos atores sociais e, principalmente, reafirmar sua identidade. O texto sinaliza a tríade constituída pela - antropologia-museus-patrimônio-, fins do século XIX e início do século XX e explicita como, no final deste último, acontecem diversas transformações as quais permitem repensar esta tríade e a perspectiva da “Antropologia Museológica”. De resto, e em grande parte fruto de acontecimentos excepcionais, ocorridos a nível nacional e mundial, desenvolveram-se e concretizaram-se experiências inovadoras no tratamento do patrimônio, distantes e alheias (epistemológica e teórico-metodológica) em seus procedimentos, aos processos de musealização. O período da pandemia global (Covid-19), foi alvo de diversas discussões teórico-práticas bem como propostas que nos permitem dar conta destes momentos excepcionais. No campo do patrimônio cultural, reflexões e propostas contemplaram este período de diferentes formas. Sabrina Dinola e Regina Abreu, em seu texto “Um observatório do patrimônio cultural: ações e práticas patrimoniais em experiências de campo e passeios virtuais”, apresentam uma interessante experiência sobre os chamados “observatórios do patrimônio cultural”, que também contemplam respostas a esses momentos de exceção. A proposta tem um certo caráter experimental e traça novidades, no sentido de reflexão sobre as atividades do observatório do patrimônio em tempos de pandemia. Por outro lado, propõe a reflexão sobre contribuições etnográficas a partir de pesquisas sobre o tema, postagens em diálogo com ferramentas virtuais. Segundo as autoras, dificilmente basta, para um observatório do patrimônio, manter-se vigilante e promover a divulgação das “práticas patrimoniais e seus significados sociais”. Mas sim, tentar “entender os processos colaborativos envolvidos nessa função”. Esclarecem ainda que se trata de uma “experiência em curso”, com o intuito de comunicar diferentes vocabulários e vivências no campo memorial/patrimonial, sem assumir uma abordagem analítico-interpretativa, nem abordagens conceituais-metodológicas. Argumenta-se que o texto é um relato situado, local e não “panorâmico” do projeto em termos do que foi feito na época, entendendo-o em um contexto crítico.

Deve-se considerar que neste Dossiê, assim como são abordadas as múltiplas dimensões do patrimônio, incluindo sua manifestação em diversas instituições, expressões culturais e experiências inovadoras, também são analisados casos materializados em tempos passados, alusivos a informações históricas sobre o folclore brasileiro e que também dão conta de um patrimônio ligado ao intercâmbio cultural e científico, estabelecendo relações entre os países latino-americanos. O artigo “O patrimônio cultural brasileiro em uma exposição no Uruguai e suas conexões sul-americanas”, de Giane Maria de Souza e Maria de Fátima Fontes Piazza, refere-se a uma “missão” do folclorista catarinense Walter Fernando Piazza, envolvendo uma exposição de cultura material e imaterial “açoriana”, em 1957, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Reúne algumas informações históricas sobre o

folclore brasileiro, a partir de Mário de Andrade, na década de 30, e da Comissão Nacional de Folclore, com Renato Almeida, entre outros, da década de 50, do século passado. Procura demonstrar as especificidades do intercâmbio cultural e científico estabelecido pela Comissão Catarinense de Folclore, com alguns folcloristas do Centro de Folclore do Uruguai (CEFU). De fato, a missão de Walter Fernando Piazza, no Uruguai, é um interessante e significativo registro do intercâmbio estabelecido entre folcloristas latino-americanos, com o objetivo de despertar o interesse por novas pesquisas neste campo do conhecimento.

No seguinte eixo, *Processos patrimoniais envolvendo o político, o simbólico e o identitário*, parte-se da ideia de um mundo cada vez mais inter-relacionado, com ligações desiguais entre os Estados, em que as alianças geopolíticas se redefinem, proliferam formas diferentes e/ou novas e complexas maneiras de operar nos processos patrimoniais, relacionando problemas de grande atualidade e relevância. Um exemplo disso são os discursos que fazem apologia aos benefícios dos grandes empreendimentos em relação às populações locais e que hoje tornaram-se uma constante. No texto "As articulações entre narrativas de patrimonialização, megamineração e desenvolvimento em um povoado do noroeste da província argentina de Santa Cruz", de Laura Berisso, a autora problematiza dita apologia analisando as articulações entre narrativas de patrimônio, megamineração e desenvolvimento na cidade de Perito Moreno, localizado no noroeste da província de Santa Cruz (Argentina). Para o qual, discute os mecanismos pelos quais os dois primeiros se legitimam em seu suposto papel de geradores de "desenvolvimento local" e benefício comunitário. Enfatiza as categorias de "desenvolvimento local" e "discursos e práticas de participação", que permeiam constantemente tanto o patrimônio quanto a megamineração. Berisso, está interessada em explorar como eles são traduzidos em experiências locais concretas. A autora explicita a participação da UNESCO (como outro ator social), presente em suas "Recomendações", "Declarações", "Convenções" e diversos documentos. Através da sua análise culmina por questionar vários enunciados e pressupostos que tratam do desenvolvimento local; atividade turística, o desenvolvimento da mineração de metais em grande escala e a limitação de discursos patrimoniais que enfatizam os "benefícios" de referências reconhecidas pela UNESCO como "Patrimônio Mundial".

Como já mencionamos, as formas de operar os processos patrimoniais são complexas. E a dimensão política se mostra empiricamente em todas as suas evidências; os discursos e as práticas referem-se, nominalmente, não de forma velada, mas direta e enfaticamente a esse aspecto. Trata-se da "recuperação" de espaços considerados "usurpados"; mas, neste caso, não se trata claramente de uma disputa entre setores hegemônicos e subordinados, mas de alianças político-ideológicas que estabelecem o poder em suas esferas mais altas. O que é interessante nesse caso é como o político se articula fortemente nessa "recuperação" com o simbólico e a relevância da dimensão que diz respeito às subjetividades. Entre as múltiplas dimensões do patrimônio, lidar com as subjetividades desse campo significa trabalhar em áreas agrestes e conflituosas. E o artigo de autoria de Monica Rotman, "Patrimônio cultural. A transversalidade do campo no início do século XXI: política e diversidade", se destaca por apresentar um elemento importante na delimitação e compreensão do campo patrimonial. A autora incorpora a subjetividade nos contextos em que essa se expressa. O texto faz referência a um estudo de caso realizado "na Cidade de Buenos Aires, Argentina" no período "do início do século XXI (ano 2020)", propondo analisar "as articulações entre Patrimônio, Política e os aspectos Simbólicos, no âmbito governamental-estatal-nacional". O pressuposto da complexidade do campo patrimonial, que ela defende, é

traduzido sob uma abordagem de tipo processual, no intuito de identificar os “vínculos ou sobreposições das dimensões política, econômica, simbólica e ideológica, incorporando a subjetiva e analisando-as nos contextos em que se expressam”. Sustentado, ainda que “as condições estruturais devem ser postas em relação à agência dos sujeitos”.

As análises de patrimônios, de natureza comparativa, resultam em material relevante para a formulação de novos problemas, verificação ou refutação de hipóteses, proposição e realização de estudos futuros; atuam também como “disparadores temáticos”, conceituais e outros, promovendo a reflexão crítica por parte dos pesquisadores. Conceitos altamente problematizados nas ciências sociais como “identidade” e “comunidade” são apresentados e articulados aos patrimônios no artigo de Mariela Felisbino da Silveira, “Identidade, comunidade e patrimônio: fluxos e narrativas de (re)construção de identidades locais”. A autora apresenta um estudo comparativo entre a Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, e a Ilha da Culatra, situada no sul de Portugal, no Algarve, considerando elementos culturais de “açorianidade” e o sentido de “comunidade”. Trabalha a ideia de patrimônio cultural como expressão em processo de mudança e transformação. Reconhece na comparação entre as localidades estudadas, dimensões de “identidade” e “comunidade”, relações estabelecidas entre “centro” e “periferia”, conhecimentos produzidos em uma era de articulação entre o global e o local.

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

*A Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste
recebe o ano inteiro, em*

**FLUXO CONTÍNUO,
artigos livres,
resenhas,
ensaios fotográficos,
dossiês (propostas).**

*Interessados na submissão de trabalhos e
também em atuar como*

pareceristas

podem realizar seus cadastros em

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno>

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso